

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – PCMA – INVESTIGADOR, DE 13 DE JULHO DE 2026



PC-MA

POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Contabilidade
- ▶ Estatística
- ▶ Administração
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Medicina Legal
- ▶ Criminologia

Conteúdo Digital

- ▶ Atualidades
- ▶ História do Maranhão
- ▶ Geografia do Maranhão
- ▶ Legislação Especial



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PC-MA

POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA

EDITAL Nº 1 – PCMA – INVESTIGADOR, DE
13 DE JULHO DE 2026

CÓD: OP-132JL-26
7908403599042

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	13
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	13
3. Domínio da ortografia oficial	14
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual	15
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	16
6. Emprego de tempos e modos verbais	17
7. Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	20
8. Emprego das classes de palavras	25
9. Emprego dos sinais de pontuação	32
10. Concordância verbal e nominal	34
11. Regência verbal e nominal	36
12. Emprego do sinal indicativo de crase	37
13. Colocação dos pronomes átonos	37
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	38
15. Significação das palavras	40
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	40
17. Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero	41
18. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República); Aspectos gerais da redação oficial; Finalidade dos expedientes oficiais	43

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis De Morgan	61
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	66
3. Diagramas lógicos	70
4. Lógica de primeira ordem	71
5. Princípios de contagem e probabilidade	73
6. Operações com conjuntos	77
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	80

ÍNDICE

Contabilidade

1. Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade	89
2. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica	91
3. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.....	96
4. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos; Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas.....	98
5. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa	103
6. Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens	107
7. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração.....	110
8. Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição.....	111
9. Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição	116
10. Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).....	121
11. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual (R1).....	175

Estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	179
2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência.....	189
3. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Distribuições especiais; Distribuições condicionais e independência; Transformação de variáveis	192
4. Transformação de Variáveis Aleatórias	200
5. Esperança e momentos.....	201
6. Leis dos grandes números. Teorema central do limite.....	204
7. Inferência estatística. Estimação pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimação intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado.....	207
8. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos	210
9. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais	216

Administração

1. Administração e administração gerencial	225
2. Comportamento organizacional: motivação e desempenho.....	229
3. Princípios e sistemas de administração federal	233
4. Administração financeira e orçamentária. Orçamento público. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentária	237

ÍNDICE

5. SIDOR, SIAFI	244
6. Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa	247
7. Despesa pública: categorias, estágios. Suprimento de fundos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores.....	251
8. Conta única do Tesouro.	255

Direitos Humanos

1. Conceito, evolução e características dos direitos humanos. Dimensões/gerações de direitos humanos. Características e fundamentação.....	265
2. Direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. Relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno. Procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal. Hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.....	269
3. Sistema global de proteção dos direitos humanos	273
4. Organização das Nações Unidas (ONU).	278
5. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).	282
6. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966).	284
7. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	293
8. Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	298
9. Organização dos Estados Americanos (OEA).....	302
10. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	307
11. Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos	319
12. Controle de convencionalidade. Conceito, fundamentos e modalidades.....	322
13. Direitos humanos na Constituição Federal de 1988. Dignidade da pessoa humana como fundamento da República	327
14. Direitos e proteção de grupos vulneráveis	331
15. Direitos humanos e atividade policial. Papel das forças de segurança na promoção e proteção dos direitos humanos. Prevenção e combate à tortura e aos maus-tratos.....	335
16. Regras de uso da força e de armas de fogo pela ONU	339

Direito Penal

1. Aplicação da lei penal: Princípios da legalidade e da anterioridade; Lei penal no tempo e no espaço; Tempo e lugar do crime; Lei penal excepcional, especial e temporária; Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; Irretroatividade da lei penal.....	345
2. Contagem de prazo	348
3. Interpretação da lei penal.....	348
4. Analogia	355
5. Teoria geral do crime: Conceitos e evolução histórico-doutrinária; Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo; O fato típico e seus elementos; Crime consumado e tentado; Concurso de crimes; Ilícitude e causas de exclusão; Punibilidade; Excesso punível; Culpabilidade (elementos e causas de exclusão); Concurso de pessoas.....	356
6. Imputabilidade penal.....	367
7. Crimes contra a pessoa	373
8. Crimes contra o patrimônio	398
9. Crimes contra a dignidade sexual	421

ÍNDICE

10. Crimes contra a incolumidade pública.....	432
11. Crimes contra a paz pública.....	443
12. Crimes contra a fé pública.....	446
13. Crimes contra a administração pública.....	448

Direito Processual Penal

1. Princípios gerais, conceito, finalidade, características.....	461
2. Sistemas de processo penal.....	472
3. Inquérito policial.....	473
4. Prova (artigos 158 a 250 do Código de Processo Penal).....	478
5. Prisão em flagrante: Prisão preventiva; Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações); Outras medidas cautelares.....	500

Direito Constitucional

1. Estado e Constituição: Constituição: conceito, conteúdo, objeto e classificação.....	525
2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Preâmbulo e princípios fundamentais; Dignidade da pessoa humana e direitos humanos.....	529
3. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos; Remédios constitucionais: habeas data, habeas corpus, mandado de segurança, ação popular e mandado de injunção.....	530
4. Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.....	540
5. Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos.....	548
6. Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	554
7. Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições.....	555
8. Poder Judiciário: Disposições gerais.....	565
9. Funções essenciais à Justiça: Advocacia, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.....	570
10. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Segurança pública; Organização da segurança pública.....	575
11. Ordem Social: Base e objetivos da ordem social; Seguridade social ; Meio ambiente ; Família, criança, adolescente, idoso e indígena.....	576

Medicina Legal

1. Conceitos, importância e divisões da medicina legal.....	585
2. Corpo de delito, perícia e peritos em medicina legal.....	589
3. Documentos médico-legais. Conceitos de identidade, identificação e reconhecimento.....	594
4. Principais métodos de identificação.....	598
5. Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia...	606

ÍNDICE

6. Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e primoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita.....	613
7. Exame de locais de crime.....	619
8. Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.....	624

Criminologia

1. Criminologia. Conceito. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.....	633
2. Funções da criminologia. Criminologia e política criminal.....	637
3. Modelos teóricos da criminologia. Teorias sociológicas. Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. Prevenção primária. Prevenção secundária. Prevenção terciária.....	641

Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	649
---	-----

História do Maranhão

1. França equinocial: expedição de Daniel de La Touche; Fundação de São Luís; Batalha de Guaxenduba; Capitães-mores do Maranhão; A invasão holandesa; A expulsão dos holandeses; O Estado do Maranhão e Grão-Pará: a Revolta de Bequimão; Causas; Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará; Os objetivos da Revolta	651
2. Período do Império: adesão do Maranhão; Causas da não adesão: a batalha do Jenipapo.....	653
3. A Independência do Brasil	656
4. A Balaiada: caracterização e causas do movimento	661
5. Período Republicano: adesão do Maranhão à República	664
6. A Revolução de 1930 no Maranhão.....	668
7. Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX	672

Geografia do Maranhão

1. Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; Áreas de Proteção Ambiental (APA); Parques nacionais; Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura; Geomorfologia; Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas; Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia; Bacias dos rios genuinamente maranhenses; Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais; Geografia da População: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais; A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária; Extrativismo: vegetal, animal e mineral; Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação; Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes; Malha viária; Portos e aeroportos; A cultura maranhense	679
--	-----

ÍNDICE

Conteúdo Digital

Direito Administrativo

1. Estado, Governo e Administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios	4
2. Organização administrativa da União: administração direta e indireta	6
3. Regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações)	10
4. Licitações: modalidades, dispensa e inexigibilidade (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações)	36
5. Atos administrativos: Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; Fato e ato administrativo; Atos administrativos em espécie; Cassação; Revogação e anulação; Processo administrativo; Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo	83
6. Regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (Lei nº 4.878/1965 e suas alterações)	87
7. Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações)	91
8. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	100
9. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	102
10. Responsabilidade civil do Estado	105
11. Lei Estadual nº 8.508/2006 e respectivas alterações (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão)	107
12. Lei Estadual nº 6.107/1994 e respectivas alterações (regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado do Maranhão)	122
13. Lei Estadual nº 10.238/2015 e suas alterações (organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Maranhão)	145
14. Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis)	153

Informática

1. Sistema operacional: noções de ambiente Windows e Linux — pastas, diretórios, arquivos, atalhos, área de trabalho e área de transferência	166
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice/Apache OpenOffice — Writer, Calc e Impress)	171
3. Correio eletrônico: uso, protocolos (SMTP e IMAP), preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	184
4. Conceito de internet e intranet. Navegação na internet: navegadores, conceitos de URL, links, mecanismos de busca e impressão de páginas	185
5. Redes sociais	189
6. Redes de computadores: conceitos básicos, tipos de redes (locais, metropolitanas e de longa distância), formação de endereços IPv4 e IPv6, redes sem fio (Wi-Fi)	190
7. Computação em nuvem (cloud computing): conceitos básicos	198
8. Principais serviços de armazenamento e colaboração	199
9. Segurança da informação e investigação digital. Conceitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Malware: vírus, worms, trojans, ransomware, spyware e demais pragas virtuais. Ferramentas de proteção: antivírus, firewall e anti-spyware. Noções de criptografia e certificação digital	202
10. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018): noções gerais	207
11. Noções de inteligência artificial e aprendizado de máquina (machine learning)	209
12. Noções de criptomoedas	210

Legislação Especial

1. Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações).....	216
2. Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e suas alterações).....	229
3. Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1965 e suas alterações).....	233
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1970 e suas alterações)	234
5. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações).....	274
6. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações)	280
7. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações)	288
8. Investigação criminal (Lei nº 12.830/2013 e suas alterações)	296
9. Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações)	296
10. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações).....	302
11. Lei 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor).....	303
12. Lei 12.037/09 (Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado)	305
13. Lei 12.830/13 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia)	307
14. Lei 9.099/1995 e alterações (Juizados Especiais Criminais)	307
15. Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).....	314
16. Lei 9.503/1997 (Dos Crimes de Trânsito)	325
17. Lei 4.737/1965 (Crimes Eleitorais)	378
18. Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013)	416
19. Lei nº 15.358/2026 (Marco legal do combate ao Crime Organizado)	422
20. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica: conceito, provas ilícitas e disposições legais)	435

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.



AMOSTRA

TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

► **Alfabeto**

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

► **Uso do “X”**

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)



RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL). PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. TABELAS-VERDADE. EQUIVALÊNCIAS. LEIS DE MORGAN

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença *a* é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

AMOSTRA

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo $\rightarrow$); ...se, e somente se, ... (símbolo $\leftrightarrow$).

CONTABILIDADE

CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA CONTABILIDADE

► Natureza e campo de atuação

A contabilidade é uma ciência social aplicada voltada ao estudo, ao registro, à mensuração, ao controle e à interpretação dos fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Seu objeto central é o patrimônio, entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica, com ou sem finalidade lucrativa. Essa definição evidencia que a contabilidade não se limita à escrituração de fatos financeiros. Ela organiza informações sobre a composição patrimonial, suas alterações ao longo do tempo e os resultados decorrentes das atividades desenvolvidas.

A natureza social da contabilidade decorre do fato de que os eventos patrimoniais surgem de relações humanas, econômicas, jurídicas e institucionais. Compras, vendas, recebimentos, pagamentos, obtenção de empréstimos, contratação de empregados, aquisição de ativos e distribuição de resultados são exemplos de fatos que modificam o patrimônio e exigem tratamento contábil. Ao identificar, classificar e registrar esses eventos, a contabilidade transforma acontecimentos dispersos em informações estruturadas e comparáveis.

O campo de aplicação contábil é amplo. Empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços utilizam a contabilidade para acompanhar seus recursos, obrigações e resultados. Entidades sem fins lucrativos dependem dela para demonstrar a aplicação de recursos recebidos e a realização de suas finalidades institucionais. Órgãos públicos empregam sistemas contábeis para controlar receitas, despesas, patrimônio e execução orçamentária. Pessoas físicas também podem recorrer a instrumentos contábeis para administrar bens, rendimentos, dívidas e investimentos.

► Patrimônio como objeto de estudo

O patrimônio é composto por elementos positivos e negativos. Os bens representam itens materiais ou imateriais que possuem utilidade e valor econômico, como caixa, imóveis, máquinas, estoques, marcas e softwares. Os direitos correspondem a valores que a entidade tem a receber ou utilizar, como duplicatas a receber, depósitos bancários e créditos tributários. As obrigações expressam dívidas ou compromissos perante terceiros, incluindo fornecedores, empréstimos, salários e tributos a recolher.

A diferença entre os elementos positivos e as obrigações constitui a situação líquida patrimonial, geralmente representada pelo patrimônio líquido. Esse componente evidencia os recursos próprios da entidade, formados por aportes dos proprietários,

reservas e resultados acumulados. A análise dessa estrutura permite compreender se a entidade possui equilíbrio econômico, capacidade de pagamento e base patrimonial suficiente para sustentar suas operações.

Dinâmica patrimonial

O patrimônio não é estático. Ele sofre alterações provocadas por atos de gestão e por acontecimentos externos. Algumas mudanças apenas modificam a composição patrimonial, sem alterar o patrimônio líquido, como a compra de um equipamento à vista. Outras afetam diretamente a riqueza da entidade, como o reconhecimento de receitas, despesas, ganhos e perdas. Essa dinâmica exige registros contínuos e critérios consistentes de mensuração.

A contabilidade acompanha essas variações por meio de métodos próprios, especialmente o método das partidas dobradas, segundo o qual todo fato contábil é registrado de forma equilibrada em contas inter-relacionadas. Esse mecanismo garante coerência interna aos registros e permite verificar a origem e a aplicação dos recursos.

A linguagem contábil deve representar os fatos de maneira fiel, compreensível e organizada. Para isso, utiliza conceitos, critérios de reconhecimento, bases de mensuração, classificações e demonstrações padronizadas. Essa estrutura torna possível converter eventos econômicos complexos em informações úteis para diferentes usuários, preservando a consistência entre períodos e a comparabilidade entre entidades.

OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

► Produção de informação útil

O principal objetivo da contabilidade é produzir informação útil para a tomada de decisões. Essa utilidade depende da capacidade de representar a realidade econômica da entidade de maneira adequada, permitindo que os usuários avaliem sua posição patrimonial, seu desempenho e suas perspectivas. A informação contábil não deve apenas registrar o passado; ela também serve de base para análises, projeções e escolhas relacionadas ao futuro.

A posição patrimonial demonstra quais recursos estão sob controle da entidade, quais obrigações precisam ser cumpridas e qual parcela pertence aos proprietários ou mantenedores. O desempenho revela se as atividades geraram resultado positivo ou negativo e quais fatores influenciaram esse resultado. Os fluxos financeiros mostram como o caixa foi obtido e utilizado. Em conjunto, essas informações oferecem uma visão integrada da situação econômica e financeira.

Para ser útil, a informação deve apresentar qualidade. Ela precisa ser relevante, isto é, capaz de influenciar decisões. Também deve representar com fidelidade os fenômenos econômicos, sem distorções materiais. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade ampliam sua utilidade ao permitir

AMOSTRA

confrontos entre períodos, validação por terceiros, acesso em tempo adequado e interpretação por usuários com conhecimento razoável.

► Atendimento aos usuários da contabilidade

Os usuários da informação contábil possuem interesses distintos. Proprietários e investidores observam rentabilidade, crescimento, risco e capacidade de distribuição de resultados. Administradores analisam custos, margens, liquidez, produtividade e eficiência operacional. Credores verificam capacidade de pagamento, endividamento e garantias. Fornecedores avaliam a segurança das relações comerciais. Empregados podem considerar estabilidade, continuidade e desempenho da entidade. Governos utilizam dados contábeis para fins de controle, tributação, regulação e formulação de políticas.

A diversidade de usuários exige informações suficientemente amplas para atender a necessidades comuns. A contabilidade financeira concentra-se na elaboração de demonstrações destinadas principalmente a usuários externos. A contabilidade gerencial produz relatórios internos adaptados às necessidades da administração. A contabilidade de custos apura e analisa gastos associados a produtos, serviços, processos e departamentos. Embora possuam enfoques diferentes, essas áreas compartilham a mesma base patrimonial e informacional.

Decisão, avaliação e prestação de contas

A informação contábil apoia decisões como investir, conceder crédito, ampliar operações, reduzir custos, substituir ativos, distribuir resultados ou reorganizar atividades. Ela também permite avaliar decisões já tomadas, comparando resultados obtidos com metas, orçamentos e períodos anteriores.

Outro objetivo relevante é a prestação de contas. Gestores administram recursos que pertencem a proprietários, associados, investidores, contribuintes ou financiadores. A contabilidade permite demonstrar como esses recursos foram utilizados e quais efeitos foram produzidos. Essa função reduz assimetrias de informação e fortalece a responsabilidade na gestão.

A contabilidade também contribui para a avaliação da continuidade da entidade. Indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e geração de caixa ajudam a identificar riscos de desequilíbrio. O acompanhamento sistemático permite reconhecer tendências desfavoráveis antes que produzam impactos mais graves. A informação contábil, quando bem estruturada, funciona como instrumento de diagnóstico, monitoramento e suporte às escolhas econômicas.

FINALIDADES DE CONTROLE, PLANEJAMENTO E GESTÃO

► Controle patrimonial e financeiro

Uma das finalidades essenciais da contabilidade é controlar o patrimônio. O controle contábil consiste em acompanhar a existência, a movimentação e a destinação dos recursos da entidade. Por meio dos registros, é possível identificar entradas e saídas de dinheiro, alterações em estoques, aquisição e baixa de ativos, formação de dívidas, recebimento de créditos e variações no patrimônio líquido.

Esse controle depende da organização documental. Notas fiscais, contratos, extratos bancários, recibos, folhas de pagamento e outros comprovantes sustentam os registros e permitem

verificar sua legitimidade. A conciliação entre documentos, saldos contábeis e controles auxiliares reduz erros e facilita a identificação de inconsistências. A contabilidade, nesse contexto, integra o sistema de controles internos da entidade.

O controle também contribui para a proteção dos ativos. Informações atualizadas sobre bens, direitos e obrigações tornam mais difícil a ocorrência de desvios, perdas não identificadas e decisões baseadas em dados incorretos. A segregação de funções, a autorização de operações e a conferência periódica dos saldos são mecanismos que se articulam com a contabilidade para aumentar a segurança da gestão patrimonial.

► Planejamento e acompanhamento do desempenho

A contabilidade fornece dados essenciais ao planejamento. Antes de definir metas, investimentos ou estratégias, a administração precisa conhecer a situação atual da entidade. Saldos patrimoniais, custos, receitas, despesas e fluxos de caixa oferecem a base para projeções e orçamentos. O planejamento financeiro depende da estimativa de entradas e saídas, enquanto o planejamento operacional considera capacidade produtiva, estrutura de custos e necessidade de recursos.

O acompanhamento do desempenho ocorre pela comparação entre valores planejados e realizados. Diferenças relevantes podem indicar mudanças de mercado, falhas operacionais, desperdícios, alterações de preços ou inadequações no planejamento. A análise contábil permite investigar as causas dessas variações e ajustar decisões.

Instrumentos de apoio à gestão

Diversos relatórios contábeis auxiliam o processo gerencial. O balanço patrimonial evidencia a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido. A demonstração do resultado apresenta receitas, custos e despesas, permitindo observar a formação do lucro ou do prejuízo. A demonstração dos fluxos de caixa organiza as movimentações financeiras conforme sua natureza. Relatórios internos podem detalhar centros de custos, produtos, unidades, projetos e segmentos.

A utilidade de cada relatório depende do objetivo da análise. Para compreender a capacidade imediata de pagamento, examinam-se ativos e passivos de curto prazo. Para avaliar eficiência operacional, analisam-se margens, custos e despesas. Para medir retorno, relacionam-se resultados aos recursos investidos. Para controlar endividamento, observam-se a composição e o vencimento das obrigações.

A contabilidade gerencial adapta essas informações às necessidades dos responsáveis pela administração. Ela pode utilizar indicadores, comparações históricas, projeções e análises de sensibilidade. O objetivo é transformar dados contábeis em elementos de ação, conectando registros passados às decisões presentes.

A finalidade de gestão também envolve coordenação entre áreas. Compras, vendas, produção, recursos humanos e finanças geram eventos que repercutem na contabilidade. Quando os dados são integrados, a administração obtém visão mais consistente do funcionamento da entidade. A contabilidade passa a atuar como sistema central de informação econômica, sustentando o controle, o planejamento e a avaliação do desempenho.

AMOSTRA

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS: GRÁFICOS, DIAGRAMAS, TABELAS, MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE)

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, organização, análise, interpretação e apresentação de dados. Seu papel é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, educação, engenharia, entre outras, permitindo transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A estatística descritiva é uma das principais ramificações da estatística e tem como objetivo resumir e organizar grandes quantidades de dados de forma clara e acessível. Utilizando ferramentas, essa abordagem permite identificar padrões e tendências, além de simplificar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis e úteis para análises. Vejamos essas ferramentas:

TABELAS

Em nosso dia a dia, somos constantemente expostos a uma vasta gama de informações, muitas vezes expressas de forma visual por meio de tabelas e gráficos. Esses recursos são ferramentas fundamentais da linguagem matemática e desempenham um papel crucial na organização e apresentação de dados de maneira clara e acessível.

As tabelas apresentam informações organizadas em linhas e colunas, o que facilita a leitura e interpretação de dados. Geralmente, são utilizadas quando há necessidade de comparar informações ou listar dados de maneira ordenada.

PROPOSTA DE NOVAS TABELAS DO SIMPLES NACIONAL - 2016								
RECEITA BRUTA EM 12 MESES - em R\$				ANEXO I comércio	ANEXO II indústria	ANEXO III serviços	ANEXO IV serviços especializados	
Até	R\$	225.000,00		4,00%	4,50%	6,00%	13,80%	
De R\$	225.000,01	a R\$	450.000,00	8,25%	8,00%	12,25%	17,25%	
De R\$	450.000,01	a R\$	900.000,00	9,50%	10,00%	14,75%	18,50%	
De R\$	900.000,01	a R\$	1.800.000,00	11,25%	12,25%	17,25%	20,00%	
De R\$	1.800.000,01	a R\$	3.600.000,00	14,25%	14,50%	20,50%	22,25%	
De R\$	3.600.000,01	a R\$	7.200.000,00	15,50%	11,00%	29,45%	27,00%	
De R\$	7.200.000,01	a R\$	14.400.000,00	15,50%	21,75%	29,45%	29,70%	

Fonte: SEBRAE

Nas tabelas, é comum encontrarmos um título, que destaca a principal informação apresentada, e uma fonte, que identifica de onde os dados foram obtidos

GRÁFICOS

Ao contrário das tabelas, que mostram os dados de forma mais textual e organizada, os gráficos oferecem uma representação visual, facilitando a compreensão de padrões, tendências e comparações de maneira mais rápida e intuitiva.

► Tipos de Gráficos

Existem vários tipos de gráficos, e cada um é utilizado de acordo com o tipo de dado e o objetivo da apresentação.

▪ **Gráfico de linhas:** são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza em certo período de tempo. Os gráficos de linhas são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza ao longo do tempo. São ideais para mostrar tendências e evoluções. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (classe, frequência) e os conectamos por segmentos de reta.



AMOSTRA



▪ **Gráfico de barras:** Também conhecidos como gráficos de colunas, os gráficos de barras são utilizados para comparar quantidades entre diferentes categorias. Eles são divididos em dois tipos:

Gráfico de barras verticais: As barras são desenhadas verticalmente, e a altura de cada uma representa o valor da frequência.

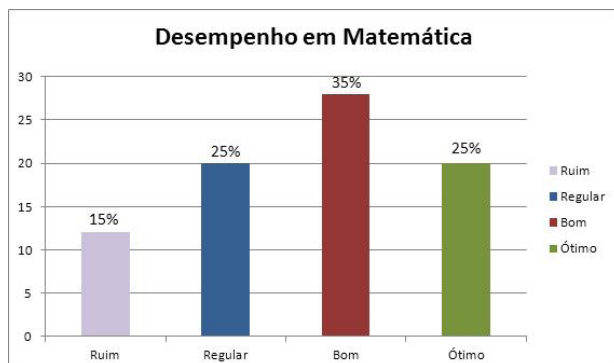
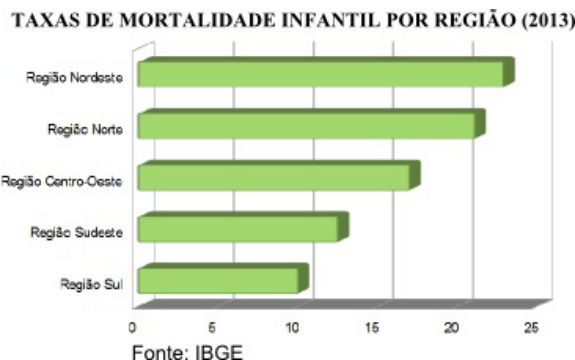


Gráfico de barras horizontais: As barras são desenhadas horizontalmente, sendo a largura de cada barra proporcional ao valor representado.



Em um gráfico de colunas, cada barra deve ser proporcional à informação por ela representada.

▪ **Gráfico de setores (ou Pizza):** Gráficos de setores são utilizados para representar a relação entre as partes e o todo. O círculo é dividido em setores, e a medida de cada setor é proporcional à frequência da categoria representada. A fórmula para o ângulo central de um setor é dada por:

$$\alpha = \frac{F}{F_t} \times 360^\circ$$

Onde:

- F é a frequência da classe
- Ft é a frequência total
- α é o ângulo central em graus

Exemplo:

Preferência por modalidades esportivas		
Esportes	Número de praticantes (F)	Frequência relativa
Futebol	160	40%
Vôlei	120	30%
Basquete	60	15%
Natação	40	10%
Outros	20	5%
Total (Ft)	400	100%

Dados fictícios

Para encontrar a frequência relativa, podemos fazer uma regra de três simples:

$$400 \text{ --- } 100\%$$

$$160 \text{ --- } x$$

$$x = 160 \cdot 100 / 400 = 40\%, \text{ e assim sucessivamente.}$$

Aplicando a fórmula teremos:

$$\text{-- Futebol: } \alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 160 \rightarrow \alpha = 144^\circ$$

$$\text{-- Vôlei: } \alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 120 \rightarrow \alpha = 108^\circ$$

$$\text{-- Basquete: } \alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 60 \rightarrow \alpha = 54^\circ$$

$$\text{-- Natação: } \alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 20 \rightarrow \alpha = 18^\circ$$

ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos para alcançar objetivos definidos. Esse conceito mostra que administrar não é uma ação isolada, mas um conjunto integrado de funções. O administrador precisa pensar antes de agir, estruturar o trabalho, orientar pessoas e verificar se os resultados estão sendo alcançados.

A função de planejamento consiste em definir objetivos e escolher caminhos para alcançá-los. Planejar é responder a perguntas como: o que precisa ser feito? Qual problema deve ser resolvido? Quais metas devem ser atingidas? Quais recursos serão necessários? Quais riscos podem surgir? O planejamento reduz improvisações e aumenta a capacidade de atuação.

A organização envolve distribuir recursos, tarefas, responsabilidades e estruturas. Depois de planejar, é preciso organizar quem fará cada atividade, quais setores participarão, quais materiais serão usados e como os processos funcionarão. Sem organização, mesmo um bom plano pode fracassar.

A direção, também chamada de liderança ou condução, está relacionada à orientação das pessoas. Administrar envolve trabalhar com equipes, motivar servidores, comunicar objetivos, resolver conflitos e coordenar esforços. Uma organização depende das pessoas para transformar planos em ações.

O controle é a função de acompanhar resultados, comparar o que foi planejado com o que foi realizado e corrigir desvios. Controlar não significa apenas fiscalizar ou punir. Significa verificar se as atividades estão no caminho certo e adotar medidas de melhoria quando necessário.

A administração pode ser aplicada em diferentes níveis. No nível estratégico, as decisões são mais amplas e voltadas ao futuro da organização. No nível tático, os planos estratégicos são transformados em programas e ações setoriais. No nível operacional, as atividades são executadas no cotidiano.

Na administração pública, essas funções também estão presentes. Um órgão público planeja políticas e serviços, organiza equipes e recursos, dirige atividades por meio de gestores e controla resultados por indicadores, auditorias, relatórios e prestação de contas. A diferença é que sua atuação deve sempre observar o interesse público e a legalidade.

Administrar exige tomar decisões em contextos de limitação. Nem sempre há recursos suficientes para todas as demandas. Por isso, a administração precisa estabelecer prioridades. Priorizar significa escolher o que será feito primeiro, considerando urgência, relevância, impacto social, disponibilidade de recursos e obrigações legais.

Outro elemento importante da administração é a racionalidade. As decisões devem ser baseadas em informações, dados, normas, planejamento e análise. A administração não deve depender apenas de opinião pessoal, improviso ou preferência individual.

A administração também envolve coordenação. Em organizações complexas, diferentes setores precisam atuar de forma integrada. Se cada setor trabalha isoladamente, podem surgir atrasos, retrabalho, falhas de comunicação e desperdício de recursos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INTERESSE COLETIVO

A administração pública é o conjunto de órgãos, entidades, agentes e atividades voltados à realização das funções do Estado e ao atendimento das necessidades coletivas. Sua finalidade é concretizar o interesse público por meio de políticas, serviços, programas, fiscalização, regulação, arrecadação, planejamento e execução de ações governamentais.

Diferentemente da administração privada, que geralmente busca lucro, competitividade e expansão de mercado, a administração pública tem como finalidade principal atender à sociedade. Isso não significa que ela possa ser ineficiente ou desperdiçar recursos. Pelo contrário, justamente por utilizar recursos públicos, deve agir com responsabilidade, transparência e eficiência.

O interesse coletivo é o centro da administração pública. Ele envolve necessidades sociais como saúde, educação, segurança, transporte, saneamento, assistência social, infraestrutura, cultura, meio ambiente e funcionamento das instituições. A administração pública existe para organizar respostas a essas demandas.

Um aspecto essencial é a legalidade. O administrador público só pode agir quando autorizado pela lei e dentro dos limites por ela estabelecidos. Enquanto no setor privado muitas ações são permitidas desde que não sejam proibidas, no setor público a atuação depende de competência legal. Isso protege a sociedade contra arbitrariedades.

Outro princípio importante é a impessoalidade. A administração pública deve agir sem favorecer amigos, parentes, grupos políticos ou interesses particulares. As decisões devem ser orientadas por critérios objetivos e pelo interesse público. Atendimento, contratação, nomeação, concessão de benefícios e uso de recursos devem respeitar regras.

A moralidade administrativa exige conduta ética, honesta e compatível com os valores da boa administração. Não basta cumprir a lei formalmente; é necessário agir com probidade, boa-fé e respeito à finalidade pública.

A publicidade garante transparência. Atos administrativos, gastos, contratos, programas e resultados devem ser divulgados conforme as normas aplicáveis. A sociedade tem direito de conhecer como os recursos públicos são utilizados e como as decisões são tomadas.

AMOSTRA

A eficiência exige que a administração produza bons resultados com uso adequado dos recursos. Esse princípio ganhou destaque com a modernização da gestão pública e com a administração gerencial. Eficiência não significa apenas gastar menos, mas gastar melhor, prestar serviços de qualidade e evitar desperdícios.

A administração pública também deve prestar contas. Como os recursos pertencem à coletividade, gestores precisam demonstrar como os utilizaram, quais resultados foram obtidos e se as normas foram observadas. Prestação de contas é instrumento de controle e transparência.

Outro ponto importante é a continuidade dos serviços públicos. Muitas atividades estatais não podem ser interrompidas de forma injustificada, pois atendem necessidades essenciais. A administração deve planejar recursos, pessoal e contratos para evitar descontinuidade.

MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública passou por diferentes modelos ao longo do tempo. Esses modelos representam formas de organizar o Estado, controlar recursos, selecionar agentes, tomar decisões e prestar serviços à sociedade. Entre os principais modelos, destacam-se a administração patrimonialista, a administração burocrática e a administração gerencial.

A administração patrimonialista é caracterizada pela confusão entre o patrimônio público e o patrimônio privado dos governantes. Nesse modelo, cargos, bens e recursos públicos podem ser tratados como extensão dos interesses pessoais de quem governa. Favorecimentos, clientelismo, nepotismo e ausência de separação clara entre Estado e governante são marcas desse modelo.

O patrimonialismo é considerado inadequado para uma administração democrática e republicana, pois prejudica a impessoalidade, a moralidade e a igualdade. Quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público, a sociedade sofre com corrupção, desperdício e injustiça.

A administração burocrática surgiu como reação ao patrimonialismo. Seu objetivo foi criar regras formais, hierarquia, impessoalidade, profissionalização, concursos, carreiras, controle de processos e separação entre público e privado. A burocracia, nesse sentido, representou avanço histórico, pois buscou proteger o Estado contra arbitrariedades e interesses pessoais.

No modelo burocrático, a legalidade e os procedimentos são centrais. As atividades devem seguir normas, documentos, rotinas e competências definidas. O controle ocorre principalmente sobre os meios, isto é, sobre a forma como os atos são praticados. Isso reduz favorecimentos e aumenta previsibilidade.

No entanto, a burocracia também apresenta limitações quando se torna excessiva. O apego exagerado a procedimentos pode gerar lentidão, formalismo, distanciamento do cidadão e baixa capacidade de inovação. Quando o cumprimento da regra passa a ser mais valorizado do que o resultado do serviço, surgem problemas de efetividade.

A administração gerencial aparece como tentativa de superar essas limitações. Ela busca manter a legalidade e o controle, mas acrescenta foco em resultados, eficiência, qualidade, avaliação

de desempenho, descentralização e responsabilização dos gestores. Nesse modelo, o cidadão passa a ser visto como usuário dos serviços públicos.

É importante compreender que os modelos não desaparecem totalmente. Em muitas organizações, podem existir traços dos três modelos ao mesmo tempo. Um serviço pode ter normas burocráticas, práticas gerenciais e, infelizmente, ainda apresentar resquícios patrimonialistas em algumas condutas.

A administração pública moderna busca combinar aspectos positivos da burocracia e da gestão gerencial. Da burocracia, preserva-se legalidade, impessoalidade, profissionalização e controle. Da gestão gerencial, incorporam-se eficiência, resultados, planejamento, indicadores e qualidade do atendimento.

O grande desafio é evitar dois extremos. De um lado, o excesso de formalismo que paralisa a administração. De outro, a busca por resultados sem respeito às normas e ao interesse público. Uma boa administração pública precisa de controle e desempenho.

ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA

A administração burocrática é um modelo de gestão baseado em regras formais, hierarquia, divisão de competências, impessoalidade, profissionalização e controle dos procedimentos. Ela surgiu como resposta aos abusos do patrimonialismo, buscando separar interesses privados da atuação estatal e garantir maior racionalidade à administração pública.

No modelo burocrático, as funções são definidas por normas. Cada cargo possui atribuições específicas, e os servidores devem atuar conforme regras previamente estabelecidas. Isso reduz decisões arbitrárias e favorece tratamento mais igualitário aos cidadãos.

A hierarquia é outro elemento central. A organização possui níveis de autoridade, nos quais superiores orientam, coordenam e controlam subordinados. A hierarquia facilita a definição de responsabilidades e o fluxo de decisões, embora possa gerar lentidão quando muito rígida.

A impessoalidade é uma característica importante. As decisões devem seguir critérios objetivos, e não preferências pessoais. O servidor atua em nome do Estado, não em nome próprio. Essa lógica ajuda a combater favorecimentos e perseguições.

A formalidade também marca a burocracia. Processos, documentos, registros, despachos, autorizações e procedimentos escritos têm papel relevante. A formalização permite controle, memória administrativa e comprovação dos atos praticados.

A profissionalização do serviço público é outro avanço associado à burocracia. O ingresso por critérios técnicos, especialmente por concurso público, fortalece a meritocracia e reduz indicações baseadas em relações pessoais. A carreira pública passa a ser estruturada por regras.

O controle burocrático recai principalmente sobre os meios. Isso significa que a administração verifica se os procedimentos foram seguidos corretamente: se houve autorização, documentação, competência, prazo, forma legal e observância das normas. Esse controle é importante para prevenir ilegalidades.

DIREITOS HUMANOS

CONCEITO, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS. DIMENSÕES/GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTAÇÃO

CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, destinados a garantir uma vida digna, livre, igual e protegida contra abusos. Eles abrangem direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e coletivos, formando um conjunto de garantias indispensáveis à realização da dignidade da pessoa humana.

A expressão “inerentes” significa que esses direitos pertencem à pessoa humana por sua própria condição de ser humano. Eles não são concedidos como favor pelo Estado. O Estado deve reconhecê-los, protegê-los, promovê-los e respeitá-los. Quando o Estado viola ou deixa de proteger esses direitos, pode ser responsabilizado.

Os direitos humanos possuem dimensão ética, jurídica, política e social. São éticos porque expressam valores fundamentais, como dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade e justiça. São jurídicos porque estão previstos em constituições, leis, tratados internacionais e decisões de tribunais. São políticos porque limitam o poder estatal e orientam políticas públicas. São sociais porque buscam proteger pessoas em suas relações concretas de vida.

No plano internacional, costuma-se usar a expressão “direitos humanos” para designar direitos reconhecidos em tratados, declarações e organismos internacionais. No plano interno de cada Estado, quando esses direitos estão previstos na Constituição, muitas vezes recebem o nome de “direitos fundamentais”. Assim, direitos humanos e direitos fundamentais estão profundamente relacionados. A diferença costuma estar no plano de posituação: direitos humanos no plano internacional; direitos fundamentais no plano constitucional interno.

O conceito de direitos humanos também envolve obrigações do Estado. O Estado deve respeitar, proteger e promover esses direitos. Respeitar significa não violar diretamente, como não praticar tortura, censura ou prisão arbitrária. Proteger significa impedir que terceiros violem direitos, como combater violência doméstica, trabalho escravo ou discriminação. Promover significa adotar políticas públicas para efetivar direitos, como saúde, educação, moradia, segurança e assistência social.

Os direitos humanos protegem tanto liberdades quanto prestações. Algumas normas impedem interferências indevidas do Estado, como liberdade de expressão, liberdade religiosa e direito de ir e vir. Outras exigem atuação estatal, como acesso à educação, saúde, previdência, assistência e proteção social. Ambas são necessárias para a dignidade.

É incorreto afirmar que direitos humanos protegem apenas determinadas pessoas. Eles protegem todos, inclusive vítimas, acusados, presos, crianças, idosos, trabalhadores, agentes públicos e pessoas em situação de vulnerabilidade. A lógica dos direitos humanos é impedir que qualquer pessoa seja tratada como objeto, inimigo ou ser sem valor.

Também é incorreto afirmar que direitos humanos significam impunidade. Direitos humanos não impedem investigação, responsabilização ou punição de quem comete crimes. Eles exigem que a resposta estatal respeite a lei, o devido processo, a proporcionalidade, a integridade física e a dignidade humana. Punir dentro da lei é compatível com direitos humanos; torturar, executar ou humilhar não é.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

A evolução histórica dos direitos humanos ocorreu de forma gradual, marcada por lutas sociais, transformações políticas, revoluções, documentos jurídicos e reação a graves violações. Os direitos humanos não surgiram prontos. Eles foram sendo construídos ao longo do tempo, conforme diferentes sociedades passaram a reconhecer limites ao poder e direitos pertencentes às pessoas.

Na Antiguidade e na Idade Média, já havia ideias relacionadas à justiça, à dignidade, à proteção de determinados grupos e à limitação do poder. Contudo, esses direitos não eram universais como se entende hoje. Muitas sociedades admitiam escravidão, hierarquias rígidas, desigualdade entre grupos e ausência de participação política ampla.

Um marco importante na limitação do poder foi a Magna Carta, de 1215, na Inglaterra. Embora voltada principalmente à proteção de interesses da nobreza, ela simbolizou a ideia de que o poder do governante deveria respeitar limites e procedimentos. Essa noção seria fundamental para o desenvolvimento posterior do constitucionalismo.

Nos séculos XVII e XVIII, com o Iluminismo e as revoluções liberais, ganharam força ideias de liberdade, igualdade formal, propriedade, representação política e limitação do Estado. Documentos como a Declaração de Direitos inglesa, a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, expressaram a afirmação de direitos civis e políticos.

Esses documentos foram fundamentais, mas também apresentavam limites históricos. Muitas vezes, os direitos proclamados não alcançavam mulheres, pessoas escravizadas, trabalhadores pobres, povos colonizados e outros grupos excluídos. A história dos direitos humanos também é a história da ampliação de quem é reconhecido como sujeito de direitos.

No século XIX e início do século XX, a questão social ganhou destaque. A industrialização produziu exploração intensa do trabalho, jornadas exaustivas, baixos salários e condições

AMOSTRA

degradantes. As lutas trabalhistas e sociais contribuíram para o reconhecimento de direitos sociais, como trabalho digno, descanso, previdência, saúde, educação e proteção contra a miséria.

Após a Segunda Guerra Mundial, a proteção internacional dos direitos humanos ganhou enorme impulso. As atrocidades cometidas durante o conflito, incluindo genocídio, perseguições e violações em massa, demonstraram que a proteção da pessoa humana não poderia depender apenas das leis internas de cada Estado. A comunidade internacional passou a construir sistemas de proteção mais amplos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, tornou-se um marco histórico. Ela afirmou direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais como pertencentes a todas as pessoas. Sua importância está em consolidar um padrão comum de proteção da dignidade humana.

Depois dela, surgiram diversos tratados internacionais, como pactos, convenções contra discriminação, tortura, racismo, proteção da criança, proteção da mulher, direitos das pessoas com deficiência e outros instrumentos. A proteção dos direitos humanos passou a ser tema central do Direito Internacional.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou marco fundamental de afirmação dos direitos fundamentais, da dignidade da pessoa humana, da democracia e da proteção contra autoritarismos. Ela ampliou direitos individuais, sociais, políticos e coletivos.

DIMENSÕES OU GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

As dimensões ou gerações de direitos humanos são formas didáticas de organizar a evolução histórica desses direitos. Elas mostram que diferentes grupos de direitos foram afirmados com maior intensidade em momentos distintos da história. A expressão “gerações” é tradicional, mas exige cuidado, pois pode dar a impressão errada de substituição. Na verdade, uma geração não elimina a outra; os direitos se somam e se complementam.

A primeira dimensão dos direitos humanos corresponde aos direitos civis e políticos. Esses direitos surgiram com força nas revoluções liberais e na luta contra o absolutismo. Seu objetivo principal era limitar o poder do Estado e proteger as liberdades individuais. Exemplos incluem direito à vida, liberdade, propriedade, igualdade formal, liberdade de expressão, liberdade religiosa, devido processo legal, direito de defesa, voto e participação política.

Esses direitos são frequentemente chamados de direitos de liberdade. Eles exigem, em grande parte, que o Estado não interfira indevidamente na esfera individual. Por exemplo, o Estado não deve prender arbitrariamente, censurar opiniões, violar domicílio ou impedir participação política sem fundamento legal.

A segunda dimensão corresponde aos direitos sociais, econômicos e culturais. Esses direitos ganharam destaque com as lutas sociais e trabalhistas, especialmente diante das desigualdades produzidas pela industrialização. Seu objetivo é garantir condições materiais mínimas para uma vida digna. Exemplos incluem direito à saúde, educação, trabalho, moradia, previdência, assistência social, cultura, lazer e proteção do trabalhador.

Esses direitos são chamados de direitos de igualdade, pois buscam reduzir desigualdades reais. Não basta afirmar que todos são livres se muitos não têm acesso a condições básicas de existência. A segunda dimensão exige atuação positiva do Estado por meio de políticas públicas.

A terceira dimensão envolve direitos coletivos, difusos e de solidariedade. São direitos que pertencem a grupos, povos ou à humanidade, muitas vezes sem titular individual determinado. Exemplos incluem direito ao meio ambiente equilibrado, paz, desenvolvimento, autodeterminação dos povos, patrimônio comum da humanidade e proteção do consumidor.

Esses direitos respondem a problemas que ultrapassam o indivíduo isolado. A proteção ambiental, por exemplo, interessa às presentes e futuras gerações. A paz e o desenvolvimento também dependem de cooperação coletiva e internacional.

Alguns autores mencionam uma quarta dimensão, associada à democracia, informação, pluralismo, bioética, patrimônio genético e impactos das novas tecnologias. Outros falam em quinta dimensão, relacionada à paz ou à proteção da humanidade diante de riscos globais. Não há consenso absoluto, mas essas classificações ajudam a perceber novos desafios.

O ponto mais importante é compreender que todas as dimensões são interdependentes. A liberdade de expressão depende de educação. A participação política depende de igualdade mínima. A saúde depende de políticas sociais. O meio ambiente equilibrado depende de solidariedade coletiva.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos possuem características próprias que ajudam a compreender sua natureza, alcance e importância. Essas características indicam que eles não são direitos comuns, mas garantias fundamentais relacionadas à dignidade da pessoa humana e à limitação do poder.

A universalidade significa que os direitos humanos pertencem a todas as pessoas, em qualquer lugar. Eles não dependem de nacionalidade, raça, religião, sexo, orientação política, condição econômica ou qualquer outro fator. Todo ser humano é titular de direitos humanos.

A historicidade indica que os direitos humanos são construídos historicamente. Eles surgem, se ampliam e se transformam conforme lutas sociais, mudanças políticas, avanços culturais e novos desafios. Direitos hoje reconhecidos nem sempre foram respeitados no passado. Essa característica mostra que a proteção da dignidade humana é processo em permanente construção.

A inalienabilidade significa que os direitos humanos não podem ser vendidos, transferidos ou cedidos como mercadoria. Uma pessoa não perde sua dignidade nem pode ser tratada como objeto. Mesmo quando alguém está preso, doente, vulnerável ou acusado de crime, continua titular de direitos humanos.

A irrenunciabilidade indica que a pessoa não pode abrir mão de sua própria dignidade de forma absoluta. Certos direitos protegem valores tão importantes que não podem ser eliminados por simples vontade individual. Por exemplo, ninguém pode autorizar validamente sua tortura ou escravização.

A imprescritibilidade significa que os direitos humanos não desaparecem pelo simples passar do tempo. A titularidade desses direitos permanece. É preciso observar, porém, que

DIREITO PENAL

APLICAÇÃO DA LEI PENAL: PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ANTERIORIDADE; LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO E LUGAR DO CRIME; LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA; TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL; IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL

PRINCÍPIOS

► Princípio da Legalidade (ou reserva legal)

Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição. Assim, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que, antes da ocorrência desse fato exista uma lei que o defina como crime e comine-lhe sanção correspondente. Encontra-se previsto, expressamente, no art. 5.º, XXXIX, da CF, bem como no art. 1.º do Código Penal.

► Princípio da Anterioridade

Significa que uma pessoa só pode ser punida, se a época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Desse modo, a lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina, conforme dita o texto constitucional e o art. 1.º do Código Penal, “*não há crime sem lei anterior que o defina*”, *nem tampouco pena “sem prévia cominação legal”*.

Frise-se que o indivíduo somente está protegido contra os abusos do Estado, caso possa ter certeza de que as leis penais são aplicáveis para o futuro, a partir de sua criação, não retroagindo para abranger condutas já realizadas.

► Princípio da Irretroatividade da lei penal benéfica

É natural que, havendo anterioridade obrigatória para a lei penal incriminadora, não se pode permitir a retroatividade de leis, especificamente as prejudiciais ao acusado. Logo, quando novas leis entram em vigor, devem envolver somente fatos concretizados sob a sua égide.

Abre-se exceção à vedação à irretroatividade quando se trata de lei penal benéfica. Esta pode voltar no tempo para favorecer o agente, ainda que o fato tenha sido decidido por sentença condenatória com trânsito em julgado (art. 5.º, XL, CF; art. 2.º, parágrafo único, CP). É o que estudaremos no capítulo referente à lei penal no tempo.

Pode-se denominá-lo, também, como princípio da irretroatividade da lei penal, adotando como regra que a lei penal não poderá retroagir, mas, como exceção, a retroatividade da lei benéfica ao réu ou condenado.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

► Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

► Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.
- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza

AMOSTRA

▪ uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

▪ **Sucessão de Leis Penais no Tempo**

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

► **Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)**

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

▪ **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.

▪ **Ultra-atividade:** A ultra-atividade ocorre quando uma lei penal continua a produzir efeitos sobre fatos praticados durante sua vigência, mesmo após sua revogação, desde que seja mais benéfica ao réu. Isso pode acontecer, por exemplo, quando uma lei benéfica é revogada, mas ainda se aplica a fatos ocorridos enquanto estava em vigor.

▪ **Exemplo Prático:** Suponha que José tenha cometido um furto em 10 de janeiro e, em 10 de abril, uma nova lei entre em vigor agravando a pena para o crime de furto. Nesse caso, a nova lei, por ser mais severa, não terá efeitos retroativos sobre o crime de José. Assim, ele será julgado pela lei anterior, que é mais favorável.

► **Leis Temporárias ou Excepcionais**

As leis temporárias ou excepcionais são aquelas criadas para vigorar durante um período específico ou em situações excepcionais, como estados de emergência. Essas leis continuam a regular fatos ocorridos durante sua vigência, mesmo após serem revogadas. A *abolitio criminis* – a descriminalização de uma conduta – não ocorre automaticamente com o término de uma lei temporária. No entanto, em casos excepcionais, o Estado pode decidir que a conduta não deve mais ser considerada crime, beneficiando o agente com a revogação expressa da lei, caracterizando o *abolitio criminis*.

► **Vacatio Legis**

O período conhecido como *vacatio legis* é o intervalo entre a publicação de uma lei e sua entrada em vigor, momento em que ela começa a produzir efeitos.

Durante o *vacatio legis*, a lei ainda não é aplicável, mesmo que seus efeitos sejam benéficos. Esse período serve para que a sociedade se adapte às novas disposições legais, evitando confusões e conflitos que poderiam surgir se a lei entrasse em vigor imediatamente após sua publicação.

► **Lei Penal Intermediária**

A lei penal intermediária é aquela que entra em vigor entre a prática do fato e o julgamento do agente, sendo mais favorável que as leis anteriores e posteriores. Em um cenário onde a Lei A estava em vigor no momento do crime, mas foi substituída pela Lei B antes do julgamento, e a Lei C entrou em vigor posteriormente, a doutrina entende que a Lei B pode ser aplicada ao réu, desde que seja a mais benéfica. Isso se alinha ao princípio da aplicação da lei penal mais favorável, que busca garantir que o réu seja tratado da maneira mais justa possível.

► **Efeitos da Superveniência de Leis Penais no Tempo**

Quando novas leis penais são promulgadas, seus efeitos podem variar conforme sua natureza:

▪ **Lei nova incriminadora:** Uma lei que criminaliza uma conduta anteriormente permitida não retroage para penalizar atos praticados antes de sua vigência, em respeito ao princípio da anterioridade.

▪ **Novatio legis in pejus:** Uma nova lei que agrava a pena de uma conduta não se aplica retroativamente, protegendo o réu da aplicação de normas mais severas.

▪ **Novatio legis in mellius:** Uma nova lei que suaviza a penalidade ou descriminaliza uma conduta deve ser aplicada retroativamente, beneficiando o réu.

Esses princípios garantem que a aplicação da Lei Penal respeite tanto os direitos dos indivíduos quanto as exigências da ordem pública, assegurando que as leis penais sejam aplicadas de forma justa e coerente.

► **Lei Penal no Espaço**

A aplicação da Lei Penal no espaço refere-se à definição de onde as normas penais brasileiras têm validade e em que situações elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos em diferentes jurisdições. Esse conceito é fundamental para determinar a competência territorial das leis penais, especialmente em casos que envolvem elementos internacionais ou extraterritoriais.

► **Local do Delito (Crime)**

No Brasil, o local do delito é determinado pela teoria da ubiquidade, conforme o Art. 6º do Código Penal. Segundo essa teoria, considera-se praticado o crime tanto no lugar onde ocorreu a ação ou omissão (a conduta) quanto no lugar onde se produziu ou deveria produzir o resultado.

Essa abordagem permite resolver conflitos quanto à aplicação da lei penal em crimes que envolvem múltiplos territórios, como, por exemplo, quando a conduta criminosa ocorre em um país, mas os efeitos dessa conduta são sentidos em outro. Um exemplo ilustrativo é o de um agente em Foz do Iguaçu/PR que dispara uma arma e a bala atravessa a fronteira, atingindo e matando uma vítima em Assunção, Paraguai. Nesse caso, a lei penal brasileira pode ser aplicada, pois a conduta inicial ocorreu em território nacional, ainda que o resultado tenha ocorrido no exterior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PRINCÍPIOS GERAIS, CONCEITO, FINALIDADE, CARACTERÍSTICAS

O Direito Processual Penal é o ramo do Direito Público responsável por disciplinar a investigação das infrações penais, o exercício da ação penal, o desenvolvimento do processo criminal e a atuação dos sujeitos envolvidos na persecução penal. Suas normas determinam como o Estado poderá apurar um fato aparentemente criminoso, acusar uma pessoa, produzir provas, julgar a pretensão punitiva e, se for o caso, impor uma consequência penal.

O seu objeto não é definir quais condutas constituem crimes. Essa função pertence ao Direito Penal. O Direito Processual Penal estabelece o caminho juridicamente válido para que a norma penal material seja aplicada ao caso concreto.

A existência de uma infração penal não autoriza, por si só, a aplicação imediata de uma pena. Antes de qualquer condenação, deve haver um procedimento conduzido por autoridade competente, com observância do contraditório, da ampla defesa, da presunção de inocência e das demais garantias constitucionais.

Processo penal como instrumento necessário

O processo penal constitui instrumento indispensável à aplicação legítima do poder punitivo. No Estado Democrático de Direito, não se admite que a autoridade estatal puna alguém com base apenas em suspeitas, impressões pessoais ou decisões administrativas.

A pena criminal depende de uma decisão jurisdicional proferida ao final de um processo regular. O processo funciona, portanto, como condição de legitimidade da sanção e como limite ao poder estatal.

Essa instrumentalidade apresenta duas direções. De um lado, permite a realização do Direito Penal quando a responsabilidade é comprovada. De outro, impede a punição quando não houver provas suficientes ou quando o procedimento violar garantias fundamentais.

► Relação com outros conceitos

Direito Penal e Direito Processual Penal

O Direito Penal possui natureza material. Ele define crimes, penas, medidas de segurança e institutos relacionados à responsabilidade penal.

O Direito Processual Penal possui natureza instrumental. Ele disciplina os meios pelos quais o Estado investiga, acusa, defende, julga e revisa decisões criminais.

A relação entre ambos pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Elemento	Direito Penal	Direito Processual Penal
Natureza	Material	Instrumental
Objeto	Crimes e consequências penais	Investigação, processo e julgamento
Pergunta central	Qual conduta é crime?	Como apurar e julgar o crime?
Função	Definir o poder de punir	Regular e limitar seu exercício
Resultado	Previsão abstrata da sanção	Aplicação ou afastamento da sanção

Processo, procedimento e persecução penal

Esses conceitos são relacionados, mas não possuem o mesmo significado.

Para organizar suas diferenças, podem ser destacados os seguintes elementos:

- Processo penal é a relação jurídica estabelecida entre juiz, acusação e defesa, destinada à solução de uma pretensão punitiva.
- Procedimento é a sequência ordenada dos atos praticados durante a investigação ou o processo.
- Persecução penal é o conjunto de atividades desenvolvidas pelo Estado para investigar a infração, promover a acusação e obter uma decisão jurisdicional.
- Jurisdição penal é a função estatal de aplicar o Direito ao caso concreto por meio de um órgão judicial imparcial.

A persecução penal possui abrangência maior do que o processo. Ela pode iniciar-se na investigação preliminar e prosseguir com o oferecimento da acusação, a instrução, o julgamento, os recursos e a execução da decisão.

► Autonomia científica e natureza pública

Autonomia em relação ao Direito Penal

O Direito Processual Penal possui autonomia científica porque contém princípios, categorias, institutos e regras próprias. A competência, a prova, as nulidades, as medidas cautelares, os recursos e os procedimentos são matérias processuais que não se confundem com a definição material dos crimes.

Essa autonomia não significa isolamento. O processo existe para permitir a aplicação do Direito Penal, mas conserva estrutura normativa própria.

AMOSTRA

Inserção no Direito Público

O Direito Processual Penal integra o Direito Público porque disciplina o exercício da jurisdição e do poder punitivo estatal. Mesmo nos casos em que a ação depende da iniciativa da vítima, a imposição de pena continua reservada ao Estado.

A natureza pública também decorre da relevância dos interesses envolvidos. O processo penal afeta a liberdade, a dignidade, a segurança pública e a legitimidade das instituições estatais.

FINALIDADES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL**► Aplicação legítima da lei penal****Realização da pretensão punitiva**

Uma das finalidades do Direito Processual Penal é criar condições para que o Estado aplique a lei penal quando houver demonstração suficiente da ocorrência de uma infração e da responsabilidade do acusado.

A pretensão punitiva nasce, em sentido abstrato, com a prática do fato criminoso. Contudo, não pode ser exercida livremente pelos órgãos estatais. Sua realização depende da observância das formas, competências e garantias previstas no ordenamento.

O processo penal transforma a acusação em objeto de debate jurídico. A partir dele, o Estado deve demonstrar a existência do crime e a responsabilidade do acusado, enquanto a defesa poderá contestar os fatos, as provas e a interpretação jurídica apresentada.

Legitimação da decisão jurisdicional

A decisão penal não se torna legítima apenas por ter sido proferida por um juiz. Sua legitimidade depende do modo como foi construída.

Uma sentença criminal legítima deve resultar de processo público, contraditório, imparcial e fundamentado. As partes devem ter possibilidade real de participar da formação do convencimento judicial.

Quando a decisão é produzida sem defesa adequada, com provas ilícitas ou por autoridade incompetente, sua legitimidade é comprometida, ainda que o acusado seja considerado socialmente culpado.

► Limitação do poder estatal**Proteção contra arbitrariedades**

O Direito Processual Penal também existe para limitar a atuação dos órgãos encarregados da repressão criminal. O poder estatal de investigar, prender, acusar e punir apresenta elevada capacidade de restringir direitos fundamentais.

Por isso, a persecução penal deve obedecer a regras previamente estabelecidas. A autoridade pública não pode agir segundo conveniência pessoal ou criar procedimentos diferentes para casos semelhantes.

Entre as principais limitações impostas ao Estado, destacam-se:

- Proibição de punição sem processo regular.
- Necessidade de fundamentação das decisões judiciais.
- Controle das medidas cautelares restritivas de direitos.
- Inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos.

- Respeito à presunção de inocência.
- Garantia de defesa técnica e participação do acusado.

Essas limitações não impedem a persecução penal. Elas definem as condições em que a atuação estatal será juridicamente válida.

► Proteção da sociedade, do acusado e da vítima**Dimensão coletiva**

O processo penal protege a sociedade ao permitir a investigação de crimes e a responsabilização de seus autores. A ausência de mecanismos processuais eficientes comprometeria a segurança pública e a confiança na ordem jurídica.

Entretanto, eficiência não significa liberdade irrestrita para punir. A proteção social somente é legítima quando realizada dentro dos limites constitucionais.

Dimensão individual

O acusado é sujeito de direitos e não mero objeto da persecução. O processo deve assegurar sua dignidade, integridade, liberdade e possibilidade de resistência à acusação.

A proteção do inocente constitui finalidade essencial. Um sistema processual comprometido apenas com a condenação perde sua legitimidade e amplia o risco de erros judiciais.

Dimensão protetiva da vítima

A vítima também ocupa posição relevante. O processo penal deve assegurar respeito, informação, proteção contra novas formas de violência e possibilidade de participação nos limites estabelecidos pela legislação.

A valorização da vítima não autoriza a supressão das garantias do acusado. O desafio consiste em construir um modelo que proteja todos os sujeitos sem transformar o processo em instrumento de vingança.

► Busca da verdade processual**Reconstrução probatória dos fatos**

O processo procura reconstruir acontecimentos passados por meio de provas. Essa reconstrução é necessariamente limitada, pois o fato histórico não pode ser reproduzido integralmente.

A verdade processual é formada a partir das provas lícitas incorporadas ao processo e submetidas ao contraditório. O juiz não pode fundamentar a condenação em convicções pessoais desvinculadas dos autos.

Limites à busca da verdade

A obtenção da verdade não justifica qualquer meio. Tortura, invasões ilegais, coação e produção clandestina de provas não se tornam aceitáveis pelo simples fato de contribuírem para esclarecer um crime.

No processo penal democrático, a verdade deve ser buscada dentro de limites jurídicos. Uma verdade obtida mediante violação de direitos não legitima o exercício do poder punitivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

ESTADO E CONSTITUIÇÃO: CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONTEÚDO, OBJETO E CLASSIFICAÇÃO

► Natureza

Segundo a doutrina clássica, o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado¹.

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (uma vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada “eficácia horizontal dos direitos fundamentais”.

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas em uma relação vertical (Estado versus cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (particular versus particular). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/1988).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Conquanto existam diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é “Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos seus elementos primários e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, estabelecendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, em razão do princípio da supremacia da Constituição.

Em virtude do conceito transcrito acima, podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

► Conceito

De acordo com José Afonso da Silva, o Direito Constitucional é o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado¹.

Já para Manoel Gonçalves Ferreira Filho, o Direito Constitucional é o conhecimento sistematizado da organização jurídica fundamental do Estado. Em outras palavras, trata-se do conhecimento sistematizado das regras jurídicas relativas à forma de Estado e forma de governo, ao modo de aquisição, exercício do poder, ao estabelecimento de seus órgãos e aos limites de sua ação.

Por seu turno, Uadi Lammêgo Bulos define o Direito Constitucional como a parcela da ordem jurídica que compreende a ordenação sistemática e racional de um conjunto de normas supremas encarregadas de organizar a estrutura do Estado e delimitar as relações de poder.

Para sintetizarmos o referido conceito, adequando-o ao estudo direcionado a concursos públicos, podemos definir o Direito Constitucional como o ramo do Direito Positivo Público que estuda a Constituição Federal, considerada como norma jurídica suprema que organiza o Estado pelos seus elementos constitutivos (povo, território, governo, soberania e finalidade), atribuindo-lhe poder e, ao mesmo tempo, limitando o exercício deste pela previsão de direitos e garantias fundamentais e pela separação de poderes.

1 <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e-79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

1 DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.

AMOSTRA

O quadro abaixo sintetiza a diferença entre Direito Constitucional e Constituição. Observe:

Direito Constitucional	Constituição
Ramo do Direito Positivo Público que estuda a Constituição.	Norma jurídica suprema que cria o Estado, atribuindo-lhe poder limitado pela previsão de direitos e garantias fundamentais e pela separação de poderes.

► **Objeto**

Podemos estabelecer seu objeto como sendo aquele que se refere à organização e fundamento do Estado, à articulação de seus elementos primários, bem como ao estabelecimento das bases da estrutura política¹.

Não obstante a definição ora fornecida, existem vários sentidos (perspectivas ou critérios) adotados pela doutrina para definir o termo “Constituição”.

O quadro abaixo sintetiza o Objeto do Direito Constitucional. Observe:

Objeto do Direito Constitucional

O estudo de normas fundamentais de um ou mais Estados, quais sejam:

- direitos fundamentais
- estrutura do Estado
- organização dos Poderes

► **Perspectiva sociológica; perspectiva política; perspectiva jurídica**

Perspectiva sociológica²:

Preceitua essa perspectiva que uma Constituição só seria legítima se representasse o efetivo poder estatal, refletindo as forças sociais que constituem o poder. Nesse sentido, Ferdinand Lassalle afirma que a Constituição seria a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade.

Perspectiva política

Partindo-se do pensamento de Carl Schmitt, o professor José Afonso da Silva afirma que a Constituição só se refere à decisão política fundamental, ao passo que as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, não contendo matéria de decisão política fundamental. Nesse diapasão, há uma distinção entre a Constituição e a Lei Constitucional.

Na classificação moderna, e com base no pensamento de Schmitt, podemos afirmar que a Constituição se enquadra no conceito de normas materialmente constitucionais, ao passo que a Lei Constitucional está inserida no conceito de normas formalmente constitucionais.

Perspectiva jurídica

Segundo a perspectiva jurídica, que tem Hans Kelsen como principal representante, a Constituição foi alocada no mundo do dever-ser, e não do ser, caracterizando-se como fruto da vontade racional do homem e não das leis naturais.

O professor José Afonso da Silva preceitua que a Constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da Constituição jurídico-positiva, o que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau.

Fontes formais:

As fontes da ciência constitucional podem ser materiais e formais¹.

As **fontes materiais** são a origem e o manancial sociológico do direito constitucional, isto é, os elementos fáticos que conduzem à criação de uma Lei Fundamental.

Todo ordenamento constitucional que se preze democrático tem a aptidão para moldar um povo, muito embora seja por ele também moldado.

Por sua vez, **as fontes formais** correspondem ao manancial normativo que conduz à criação de uma Lei Fundamental. Costuma-se dividir tais fontes em fontes formais imediatas (diretas) e fontes formais mediatas (indiretas):

- **Fontes formais imediatas:** são as Constituições propriamente ditas. É possível acrescentar aqui, ainda como fonte imediata, os costumes, graças aos países de tradição constitucional predominantemente não escrita, como é o caso da Inglaterra;
- **Fontes formais mediatas:** são representadas pela jurisprudência e pela doutrina. Sua adjetivação como fontes “mediatas” decorre do desdobramento das fontes “imediatas”, das quais derivam. A jurisprudência e a doutrina constitucional buscam sustentáculo em uma matriz constitucional, bem como auxiliam seu desenvolvimento graças à dialeticidade que de sua atividade decorre.

▪ **Fontes materiais:** origem e manancial *sociológico* do direito constitucional.

▪ **Fontes formais:** manancial *normativo* do direito constitucional. Podem ser *imediatas* (Constituições e costumes) e *mediatas* (jurisprudência e doutrina).

https://cdnv2.moovin.com.br/livrariadplacido/imagens/files/manuais/613_manual-de-direito-constitucional-2019-3-edicao.pdf

► **Concepção positiva**

Por fim, podemos destacar a concepção positivista, segundo a qual a Constituição é concebida de Constituição exclusivamente como norma jurídica². Destaque-se que a principal ruptura com as demais concepções ocorre na teoria da validade da norma, a qual divide o ser do dever ser.

1 <https://concurseria.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-Dto-Constitucional.pdf>

2 <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e-79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

1 https://cdnv2.moovin.com.br/livrariadplacido/imagens/files/manuais/613_manual-de-direito-constitucional-2019-3-edicao.pdf

2 <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e-79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

MEDICINA LEGAL

CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E DIVISÕES DA MEDICINA LEGAL

A Medicina Legal é o campo científico que aplica conhecimentos médicos, biológicos e técnicos à solução de questões relevantes para o Direito e para a administração da Justiça. Sua função consiste em examinar fatos relacionados ao corpo humano, à saúde, à doença, à integridade física, à capacidade mental, à identidade e à morte, transformando observações científicas em informações compreensíveis e úteis à autoridade competente.

Não se trata apenas da medicina dos cadáveres nem de atividade limitada à investigação de homicídios. A Medicina Legal atua em pessoas vivas, mortos, vestígios biológicos, documentos clínicos, locais de ocorrência e materiais submetidos a análises laboratoriais. Sua aplicação alcança processos penais, civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e disciplinares.

O seu caráter jurídico decorre da finalidade da avaliação. O profissional não examina apenas para diagnosticar ou tratar, mas para esclarecer uma questão que produzirá consequências legais. Assim, uma lesão pode ser analisada para determinar sua natureza, gravidade, mecanismo de produção, tempo provável de ocorrência e repercussões sobre a capacidade da vítima.

► Objeto da Medicina Legal

Fatos biológicos de interesse jurídico

O objeto da Medicina Legal é constituído por fenômenos médicos e biológicos cuja compreensão seja necessária para aplicar uma norma jurídica ou decidir uma controvérsia. O exame pode envolver identificação humana, lesões corporais, intoxicações, violência sexual, capacidade civil, imputabilidade penal, acidentes de trabalho, morte e filiação biológica.

A disciplina estuda não apenas o resultado final, mas também os mecanismos que o produziram. Em uma morte violenta, por exemplo, não basta confirmar o óbito. É necessário examinar a causa médica da morte, o instrumento ou meio utilizado, o intervalo post mortem e as circunstâncias compatíveis com os vestígios encontrados.

Os principais objetos submetidos à análise médico-legal podem ser organizados da seguinte forma:

- Pessoas vivas examinadas para avaliação de lesões, idade, capacidade, estado mental ou violência sofrida.
- Cadáveres submetidos à identificação, exame externo, necropsia e determinação da causa da morte.
- Vestígios biológicos, como sangue, saliva, sêmen, tecidos, ossos, cabelos e material genético.

- Documentos médicos utilizados para reconstruir atendimentos, tratamentos, diagnósticos e evolução clínica.
- Locais de ocorrência analisados para relacionar a posição do corpo, os vestígios e a dinâmica do evento.

► Natureza interdisciplinar

Integração entre Medicina e Direito

A Medicina Legal ocupa posição intermediária entre as ciências da saúde e as ciências jurídicas. O perito precisa dominar os fundamentos técnicos do exame e compreender a questão jurídica que deve ser esclarecida. Sem conhecimento médico, a conclusão pode ser cientificamente inadequada. Sem compreensão da finalidade jurídica, o exame pode deixar de responder ao problema relevante.

A disciplina também se relaciona com anatomia, fisiologia, patologia, genética, toxicologia, psiquiatria, psicologia, odontologia, antropologia, química e criminalística. Essa integração permite que problemas complexos sejam avaliados por profissionais de diferentes especialidades.

Caráter técnico-científico

A conclusão médico-legal deve ser baseada em método, observação, documentação e interpretação racional dos achados. O perito não decide a causa jurídica nem substitui o juiz. Sua função é oferecer elementos técnicos para que a autoridade forme seu convencimento.

O resultado pericial deve distinguir fatos observados, inferências científicas e limitações do exame. Quando não houver elementos suficientes para uma conclusão segura, o perito deve declarar a impossibilidade ou o caráter provável da resposta, evitando afirmações categóricas sem suporte técnico.

► Medicina Legal, medicina assistencial e perícia médica

Diferenças de finalidade

A medicina assistencial busca prevenir doenças, diagnosticar, tratar e promover a saúde do paciente. A Medicina Legal busca esclarecer fatos de interesse jurídico. Na primeira, a relação é predominantemente terapêutica; na segunda, é predominantemente pericial.

A perícia médica é uma atividade de avaliação técnica realizada para responder a quesitos específicos. Pode ocorrer em contexto judicial, administrativo, securitário, previdenciário ou laboral. A Medicina Legal é mais ampla, pois reúne conhecimentos, métodos e divisões científicas que fundamentam diversas modalidades de perícia.

AMOSTRA

Campo	Finalidade principal	Relação com o examinado	Resultado
Medicina assistencial	Diagnosticar, prevenir e tratar	Relação terapêutica	Prontuário, diagnóstico e plano de tratamento
Perícia médica	Avaliar questão técnica delimitada	Relação avaliativa	Parecer ou laudo
Medicina Legal	Aplicar ciência médica ao Direito	Relação técnico-jurídica	Prova e esclarecimento médico-legal

IMPORTÂNCIA DA MEDICINA LEGAL PARA O DIREITO E PARA A SOCIEDADE► **Contribuição para a administração da Justiça****Transformação do conhecimento científico em prova**

A Medicina Legal permite que fenômenos biológicos complexos sejam compreendidos por juízes, promotores, defensores, advogados, autoridades policiais e órgãos administrativos. Por meio do exame pericial, elementos que não podem ser avaliados apenas pelo conhecimento comum são submetidos a análise científica.

A autoridade jurídica pode reconhecer que houve uma lesão, mas normalmente necessita de conhecimento especializado para determinar sua gravidade, o instrumento compatível com sua produção, a existência de perigo de vida ou a presença de incapacidade funcional. A perícia fornece a ligação entre o fato material e sua interpretação jurídica.

A prova médico-legal não substitui todas as demais provas. Ela deve ser analisada em conjunto com depoimentos, documentos, imagens, vestígios e circunstâncias do caso. Sua relevância deriva da objetividade técnica, mas suas conclusões podem ser discutidas, complementadas ou confrontadas com outros elementos.

► **Importância no âmbito penal****Materialidade e dinâmica da infração**

No processo penal, a Medicina Legal contribui para demonstrar a existência material de crimes que deixam vestígios. O exame pode confirmar lesões corporais, violência sexual, envenenamento, asfixia, aborto, morte violenta ou alteração da capacidade mental.

Também auxilia na reconstrução da dinâmica do fato. A localização das lesões, sua direção, profundidade e forma podem indicar o tipo de instrumento utilizado, a posição relativa entre vítima e agressor e a possível existência de defesa.

No campo penal, algumas aplicações assumem especial importância:

- Determinação da natureza e da gravidade das lesões corporais.
- Investigação da causa, do mecanismo e das circunstâncias da morte.
- Avaliação da imputabilidade e da capacidade de entendimento do acusado.
- Exame de vítimas de violência sexual, tortura e maus-tratos.
- Identificação de pessoas, cadáveres e restos humanos.

► **Importância nos âmbitos civil, trabalhista e previdenciário****Avaliação da capacidade e do dano**

No Direito Civil, a Medicina Legal pode auxiliar na avaliação da capacidade para praticar atos da vida civil, da existência de dano corporal, da necessidade de tratamento e das repercussões permanentes de uma lesão.

No campo trabalhista, examina acidentes, doenças ocupacionais, incapacidade laboral, nexos entre atividade e enfermidade e consequências funcionais. Na esfera previdenciária, contribui para determinar incapacidade temporária ou permanente e necessidade de benefícios relacionados à saúde.

O dano corporal deve ser analisado de maneira abrangente. A lesão pode gerar dor, limitação funcional, deformidade, redução da capacidade de trabalho, necessidade de auxílio e repercussões psicológicas. A avaliação médico-legal procura descrever essas consequências com precisão, sem definir diretamente o valor da indenização.

► **Proteção da dignidade humana****Reconhecimento da vítima e controle do poder estatal**

A Medicina Legal protege a dignidade ao documentar objetivamente violências que poderiam permanecer invisíveis. Lesões decorrentes de tortura, violência doméstica, abuso sexual ou negligência institucional podem ser registradas de forma técnica, preservando elementos essenciais para a responsabilização.

Ao mesmo tempo, a perícia pode impedir acusações injustas, identificar interpretações equivocadas e demonstrar que determinado resultado não é compatível com a narrativa apresentada. Sua função não é confirmar previamente a hipótese da autoridade, mas verificar cientificamente o que os vestígios permitem concluir.



CRIMINOLOGIA

CRIMINOLOGIA. CONCEITO. MÉTODOS: EMPÍRISMO E INTERDISCIPLINARIDADE. OBJETOS DA CRIMINOLOGIA: DELITO, DELINQUENTE, VÍTIMA, CONTROLE SOCIAL

CONCEITO DE CRIMINOLOGIA

A criminologia pode ser conceituada como a ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, buscando compreender as causas, as manifestações, as consequências e as formas de prevenção do fenômeno criminal. Esse conceito mostra que a criminologia não se limita à análise da lei penal, mas procura investigar a realidade do crime e suas múltiplas dimensões.

Ao dizer que a criminologia é uma ciência empírica, afirma-se que ela trabalha com fatos observáveis. Ela busca dados concretos sobre criminalidade, perfis de vítimas, funcionamento das instituições, taxas de reincidência, formas de violência, fatores de risco e respostas sociais. A criminologia não parte apenas de opiniões ou suposições; ela procura fundamentar suas conclusões em investigação da realidade.

Ao dizer que a criminologia é interdisciplinar, reconhece-se que o crime não pode ser explicado por uma única área do conhecimento. O Direito Penal explica quais condutas são criminosas e quais sanções podem ser aplicadas, mas não consegue, sozinho, explicar por que determinadas pessoas cometem crimes, por que certos grupos são mais vulneráveis à vitimização ou por que algumas políticas de segurança fracassam. Para isso, a criminologia busca apoio em outras ciências.

O crime, para a criminologia, não é apenas uma violação da lei. Ele é também um fato social, um comportamento humano, um fenômeno histórico e uma construção institucional. Isso significa que a criminologia analisa tanto a conduta praticada quanto o processo pelo qual certas condutas são definidas como criminosas e certas pessoas passam a ser tratadas como criminosas.

A criminologia também se diferencia do Direito Penal. O Direito Penal é uma ciência normativa, pois trabalha com normas jurídicas. Ele define crimes, penas, princípios e regras de responsabilização. A criminologia, por sua vez, é uma ciência causal-explicativa e empírica, porque busca compreender causas, fatores, dinâmicas e efeitos do fenômeno criminal.

Também é importante diferenciar criminologia de criminalística. A criminalística está ligada à investigação técnica do crime, como análise de vestígios, perícias, local de crime, identificação de materiais, balística, papiloscopia e exames laboratoriais. A criminologia possui objeto mais amplo, pois estuda o fenômeno criminal como realidade social e humana.

A criminologia também não se confunde com política criminal, embora se relacione com ela. A política criminal utiliza conhecimentos criminológicos para orientar escolhas do Estado

em matéria de prevenção, repressão, penas, sistema prisional, segurança pública e proteção social. A criminologia fornece diagnóstico; a política criminal propõe estratégias.

O conceito moderno de criminologia inclui a vítima como objeto central. Isso representa avanço importante, pois durante muito tempo a vítima foi esquecida no estudo do crime. Hoje, compreende-se que a vitimização, o sofrimento, os riscos e a proteção da vítima são elementos fundamentais.

O controle social também integra o conceito de criminologia. Isso significa que a ciência criminológica estuda não apenas quem pratica o crime, mas também como a sociedade reage ao crime, como o Estado seleciona condutas puníveis e como funcionam polícia, Judiciário, sistema penitenciário, mídia, família, escola e comunidade.

MÉTODO EMPÍRICO DA CRIMINOLOGIA

O empirismo é uma das principais características metodológicas da criminologia. Dizer que a criminologia é empírica significa afirmar que ela se baseia na observação da realidade e na análise de dados concretos. Seu objetivo não é apenas discutir ideias abstratas sobre o crime, mas investigar como o fenômeno criminal ocorre na prática.

O método empírico parte da experiência. A criminologia observa fatos, coleta informações, analisa estatísticas, realiza entrevistas, estuda processos, acompanha instituições, examina comportamentos e identifica padrões. A partir dessas observações, procura formular explicações e propor formas de prevenção.

Esse método é importante porque muitas ideias sobre criminalidade podem ser baseadas em senso comum. Por exemplo, pode-se imaginar que aumentar penas sempre reduz crimes, ou que a criminalidade está ligada apenas à pobreza, ou que todo criminoso possui determinado perfil. A pesquisa empírica permite verificar se essas afirmações correspondem à realidade ou se são simplificações.

A criminologia utiliza diferentes técnicas de investigação empírica. Entre elas estão pesquisas estatísticas, estudos de caso, entrevistas com infratores e vítimas, análise de dados oficiais, pesquisas de vitimização, observação de comunidades, avaliação de políticas públicas e estudos comparativos entre regiões ou grupos sociais.

As estatísticas criminais são instrumentos importantes, mas devem ser analisadas com cuidado. Os dados oficiais mostram os crimes registrados pelo sistema, mas nem todos os crimes são comunicados às autoridades. Existe a chamada cifra oculta da criminalidade, que corresponde aos delitos não registrados. Por isso, pesquisas de vitimização podem revelar informações que não aparecem nos registros oficiais.

O empirismo também permite avaliar políticas criminais. Uma medida de segurança pública, uma alteração legislativa ou um programa de prevenção deve ser analisado em seus

AMOSTRA

resultados concretos. A pergunta criminológica não é apenas se a medida parece boa, mas se ela realmente reduz violência, melhora segurança, protege vítimas e respeita direitos.

A criminologia empírica também ajuda a compreender fatores de risco e fatores de proteção. Fatores de risco são condições que aumentam a probabilidade de envolvimento com delitos ou vitimização, como exclusão social, violência familiar, evasão escolar, uso abusivo de substâncias, ausência de oportunidades e desorganização comunitária. Fatores de proteção reduzem esses riscos, como vínculos familiares saudáveis, escola, trabalho, políticas sociais e apoio comunitário.

É importante destacar que o método empírico não busca justificar o crime. Explicar fatores que contribuem para a criminalidade não significa desculpar condutas ilícitas. A criminologia busca compreender para prevenir e responder melhor, sem abandonar a responsabilidade individual quando cabível.

O empirismo também exige cuidado ético. Pesquisas com vítimas, presos, adolescentes, comunidades vulneráveis ou profissionais de segurança devem respeitar dignidade, sigilo e proteção dos envolvidos. A produção de conhecimento não pode aumentar danos.

INTERDISCIPLINARIDADE DA CRIMINOLOGIA

A interdisciplinaridade é uma característica central da criminologia. Isso significa que ela utiliza conhecimentos de diversas áreas para compreender o fenômeno criminal. O crime é uma realidade complexa, que envolve comportamento humano, normas jurídicas, relações sociais, desigualdades, instituições, cultura, economia, psicologia, violência e controle estatal. Por isso, nenhuma ciência isolada consegue explicá-lo completamente.

O Direito Penal contribui para a criminologia ao definir quais condutas são consideradas crimes e quais sanções podem ser aplicadas. Contudo, a criminologia não se limita ao Direito Penal. Ela vai além da norma jurídica para investigar causas, contextos, perfis, consequências e respostas sociais ao crime.

A Sociologia é uma área muito importante para a criminologia. Ela ajuda a analisar fatores sociais relacionados à criminalidade, como desigualdade, exclusão, desorganização urbana, grupos sociais, cultura, controle social, marginalização, violência estrutural e processos de criminalização. Muitas teorias criminológicas possuem base sociológica.

A Psicologia contribui para compreender aspectos individuais do comportamento, como personalidade, impulsividade, traumas, aprendizagem, desenvolvimento, vínculos afetivos, emoções e processos de decisão. Ela também auxilia no estudo de vítimas e impactos psicológicos da vitimização.

A Antropologia ajuda a compreender culturas, símbolos, práticas sociais e formas de vida de diferentes grupos. Ela mostra que comportamentos considerados desviantes ou criminosos devem ser analisados dentro de contextos históricos e culturais.

A Estatística é importante para medir e interpretar dados criminais. Sem estatística, torna-se difícil conhecer tendências, comparar regiões, avaliar políticas ou identificar padrões. A análise quantitativa contribui para decisões mais fundamentadas.

A Ciência Política auxilia no estudo do Estado, das instituições, das políticas de segurança, da legitimidade do controle social, do uso da força e das relações de poder. O sistema penal é também uma expressão do poder estatal.

A Economia pode contribuir para analisar relações entre criminalidade, mercado de trabalho, desigualdade, oportunidades, custos do crime, custos da punição e efeitos econômicos das políticas públicas. Algumas teorias analisam o comportamento criminal a partir de incentivos e oportunidades.

A Medicina, a Psiquiatria e as ciências da saúde podem contribuir no estudo de transtornos mentais, dependência química, violência, lesões, morte violenta, saúde prisional e efeitos da vitimização. Porém, é necessário evitar reducionismos biológicos que tratem o crime como simples doença.

A interdisciplinaridade também envolve áreas como educação, serviço social, urbanismo e segurança pública. A prevenção criminal depende muitas vezes de políticas educacionais, sociais, habitacionais, comunitárias e de inclusão.

O grande valor da interdisciplinaridade está em impedir explicações simplistas. O crime não pode ser entendido apenas como escolha individual, apenas como resultado da pobreza ou apenas como falha moral. Ele deve ser analisado como fenômeno multifatorial.

DELITO COMO OBJETO DA CRIMINOLOGIA

O delito é um dos objetos centrais da criminologia. Contudo, a forma como a criminologia estuda o delito é diferente da forma como o Direito Penal o analisa. Para o Direito Penal, delito é uma conduta definida em lei como crime ou contravenção, sujeita à aplicação de pena ou medida de segurança. Para a criminologia, o delito é também um fato humano, social, histórico e cultural.

A criminologia procura compreender o delito em sua realidade concreta. Ela pergunta quais crimes ocorrem com maior frequência, onde acontecem, quem são as vítimas, quais fatores favorecem sua ocorrência, quais grupos são mais atingidos, quais contextos aumentam riscos e quais respostas sociais são adotadas. Assim, o delito é estudado para além da definição legal.

Um mesmo comportamento pode ser considerado crime em determinado período histórico e deixar de ser em outro. Também pode ser tratado de forma diferente em sociedades distintas. Isso mostra que o delito possui dimensão jurídica, mas também social e histórica. A criminologia observa esses processos de criminalização e descriminalização.

O estudo do delito inclui a análise da criminalidade aparente e da criminalidade real. A criminalidade aparente corresponde aos crimes conhecidos pelas autoridades e registrados oficialmente. A criminalidade real inclui todos os crimes efetivamente ocorridos, inclusive aqueles que não foram comunicados. A diferença entre essas duas dimensões revela a cifra oculta da criminalidade.

A cifra oculta é especialmente relevante. Muitos crimes não chegam ao conhecimento do sistema de justiça por medo, vergonha, desconfiança nas instituições, dependência econômica, ameaças, normalização da violência ou dificuldade de acesso aos canais de denúncia. Crimes sexuais, violência doméstica, crimes econômicos e delitos praticados em ambientes fechados podem apresentar grande subnotificação.

A criminologia também analisa a distribuição dos delitos. Certos crimes são mais visíveis e mais perseguidos pelo sistema penal. Outros, embora causem grande dano social, podem ser

ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à co-nhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ANOTAÇÕES

AMOSTRA



HISTÓRIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE; FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS; BATALHA DE GUAXENDUBA; CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO; A INVASÃO HOLANDESA; A EXPULSÃO DOS HOLANDESES; O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: A REVOLTA DE BEQUIMÃO; CAUSAS; COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ; OS OBJETIVOS DA REVOLTA

O estado do Maranhão, situado no Nordeste do Brasil, é uma região de vasta riqueza histórica e cultural que desempenhou um papel importante na formação do país. Desde os primórdios da colonização europeia até os movimentos revolucionários contra o domínio colonial, o Maranhão viveu uma trajetória marcada por eventos importantes que moldaram sua identidade.

Neste artigo, vamos explorar de forma abrangente os principais marcos da história maranhense desde a ousada expedição liderada por Daniel de La Touche até a emblemática Revolta de Bequimão.

► França Equinocial: A Intrépida Expedição de Daniel de La Touche

No início do século XVII, o Maranhão foi palco de uma das mais audaciosas e ousadas empreitadas coloniais lideradas pelo francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Esta expedição, conhecida como França Equinocial, representou uma tentativa ambiciosa de estabelecer uma colônia francesa em terras brasileiras.

Os desafios enfrentados pelos franceses foram vastos e complexos, variando desde tensões com os povos indígenas locais até confrontos com colonos portugueses já estabelecidos na região. Esta iniciativa, apesar de sua brevidade, deixou um legado profundo e duradouro na história do Maranhão, influenciando não apenas o desenvolvimento posterior da região, mas também contribuindo para a diversidade cultural e a troca de ideias no contexto colonial brasileiro.

► Fundação de São Luís: A Criação da Capital do Maranhão

Em 1612, os franceses fundaram o Forte de São Luís, no meio de homenagem ao rei Luís XIII da França. No entanto, em 1615, os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsaram os franceses e estabeleceram a cidade de São Luís como um marco histórico de grande magnitude no panorama colonial do Maranhão.

Esta cidade não só consolidou a presença portuguesa na região, mas também representou uma virada no curso da história do Maranhão. A fundação de São Luís marcou o advento de uma nova era para a região, inaugurando um período de intensa atividade política, econômica e cultural.

Além de ser designada capital da recém-criada capitania, São Luís rapidamente emergiu como centro de influência e poder, exercendo profunda influência não só no Maranhão, mas também nas regiões circunvizinhas. O seu papel estratégico como porto, bem como a sua localização estratégica, impulsionou o seu desenvolvimento como um importante polo comercial e cultural, onde diferentes influências se entrelaçaram e enriqueceram a identidade regional.

► Batalha de Guaxenduba: A Defesa do Território Maranhense

Um dos momentos mais cruciais e emblemáticos da rica história militar do Maranhão foi a memorável Batalha de Guaxenduba, travada em 19 de novembro de 1614. Neste conflito de proporções épicas, as forças portuguesas enfrentaram os invasores franceses numa luta feroz pela soberania da região. Sob os céus impiedosos do Maranhão, as estratégias táticas e a determinação incansável dos portugueses e dos seus valentes aliados indígenas foram postas à prova.

No calor da batalha, entre o estrondo dos canhões e o eco dos gritos de guerra, a vitória foi para o lado português, selando assim o destino da região. Esta heroica vitória não só garantiu a continuidade do domínio português sobre o Maranhão, mas também constituiu um obstáculo intransponível às intenções expansionistas dos franceses no território maranhense. Ao saírem vitoriosos deste confronto decisivo, os portugueses não só protegeram a sua pátria, mas também reafirmaram a sua resiliência e capacidade de resistir aos ataques estrangeiros.

► A Invasão Holandesa: O Período de Ocupação e Domínio Estrangeiro

Durante o século XVII, o Maranhão tornou-se um alvo coobiçado pelas potências europeias, especialmente pelos Países Baixos, cujo apetite expansionista se estendia por todo o vasto território colonial brasileiro.

Entre 1641 e 1644, os holandeses obtiveram sucesso em sua empreitada, conquistando e ocupando o território do Maranhão. Este período foi caracterizado pela imposição brutal de uma administração colonial estrangeira que não só explorou implacavelmente os recursos naturais da região, mas também subjugou a sua população local.

Sob o domínio holandês, o Maranhão testemunhou uma transformação radical na sua estrutura socioeconômica e cultural, com profundas repercussões que ecoaram ao longo das décadas subsequentes. A presença holandesa deixou cicatrizes indeléveis na alma da sociedade maranhense, moldando de forma duradoura suas dinâmicas sociais e relações de poder.

Esta experiência traumática não só realçou a vulnerabilidade do Maranhão às ambições imperialistas estrangeiras, mas também alimentou um desejo fervoroso de independência e autodeterminação entre os seus habitantes.

AMOSTRA

► A Expulsão dos Holandeses: A Resistência e a Reconquista do Maranhão

A resistência popular, aliada à intervenção militar decisiva das forças portuguesas, desempenhou um papel importante e inestimável na expulsão dos holandeses do Maranhão em 1644.

Este episódio não apenas marcou a restauração do domínio português sobre a região, mas também representou um triunfo heroico da vontade e da resiliência do povo maranhense em face da adversidade e da opressão estrangeira.

A vitória conquistada nas trincheiras e nos campos de batalha não foi apenas uma questão de soberania territorial, mas também uma afirmação vigorosa da identidade coletiva e da dignidade nacional do Maranhão. Este evento histórico reafirmou a determinação inabalável do povo maranhense em proteger sua terra natal e preservar sua cultura e tradições contra quaisquer intrusões externas.

Além disso, a expulsão dos holandeses deixou um legado de orgulho e unidade entre os habitantes do Maranhão, inspirando futuras gerações a defenderem fervorosamente sua liberdade e autonomia contra ameaças externas.

► O Estado do Maranhão e Grão-Pará e a Revolta de Bequimão

No século XVII, o Maranhão emergiu como um cenário fervilhante de agitação e resistência contra o domínio colonial português, testemunhando uma série de movimentos de insurgência que ecoaram pela vastidão de suas terras. Entre esses movimentos, destaca-se a Revolta de Bequimão, um episódio histórico de grande significado e repercussão que encapsula as aspirações libertárias e os anseios por justiça e autonomia do povo maranhense.

A Rebelião de Bequimão, iniciada em 1684, representou o culminar de um descontentamento de longa data entre a população maranhense em relação ao domínio colonial português. Esta rebelião de dimensão e determinação invulgares foi encorajada pelas muitas injustiças e abusos cometidos pelos funcionários coloniais, que oprimiam e exploravam a população local.

A principal razão por trás da rebelião foi a exploração incessante dos colonialistas, que forçavam a população maranhense a aceitar encargos excessivos sem compensação adequada e impostos elevados que oneravam os seus escassos recursos e os deixavam na pobreza. Além disso, a falta de representação política dos residentes locais na tomada de decisões governamentais intensificou os sentimentos de negligência e injustiça dos cidadãos, que se encontravam sem voz e estatuto jurídico na gestão de questões que afetavam suas vidas e seu futuro.

Assim, a Revolta de Bequimão não foi uma rebelião isolada, mas sim uma expressão coletiva e unida de protesto contra um sistema opressivo e desigual que negava os direitos básicos do povo maranhense e os colocava na condição de cidadãos de segunda classe em seu próprio território.

► Companhia de Comércio do Maranhão: O Monopólio Econômico e o Descontentamento Popular

A Companhia de Comércio do Maranhão surgiu como uma resposta do governo português à necessidade de consolidar e expandir seu controle sobre as atividades comerciais na região. Fundada com o propósito explícito de estabelecer um monopólio

sobre o comércio local, a companhia detinha o poder exclusivo de gerir e regular as transações comerciais, desde a produção até a distribuição de mercadorias.

Esta medida, embora destinada a fortalecer os interesses coloniais portugueses, teve um impacto direto e imediato sobre os habitantes locais, cujas liberdades econômicas foram severamente cerceadas pela imposição de restrições e regulamentações rigorosas. Sob o domínio da Companhia de Comércio, os maranhenses se viram submetidos a um regime de controle e supervisão intensificados, que limitava suas oportunidades de negócios e minava sua autonomia financeira.

Além disso, a falta de concorrência e a ausência de alternativas comerciais contribuíram para a criação de um ambiente econômico estagnado e desfavorável ao desenvolvimento local. Diante dessas circunstâncias, não é surpreendente que o surgimento da Companhia de Comércio tenha provocado um crescente descontentamento entre os habitantes do Maranhão, que se sentiam injustamente privados de seus direitos econômicos fundamentais. Essa insatisfação latente foi um dos principais catalisadores por trás da Revolta de Bequimão e de outros movimentos de resistência contra o domínio colonial, refletindo a profunda alienação e a luta pela liberdade econômica que permeavam a sociedade maranhense da época.

► Os Objetivos da Revolta: Lutando por Autonomia e Justiça

A Revolta de Bequimão, eclodida em 1684, representou um dos capítulos mais importantes e emblemáticos da luta pela autonomia e pela liberdade no contexto colonial maranhense.

Este movimento de resistência, liderado por indivíduos corajosos e determinados, foi movido por um profundo desejo de contestar o poder opressivo exercido pela Companhia de Comércio e de exigir maior autonomia política e econômica para a região. Os rebeldes de Bequimão não só pretendiam libertar-se das garras do monopólio comercial imposto pela Companhia, mas também procuraram quebrar as cadeias de exploração colonial que há muito oprimiam e sufocavam o povo maranhense.

No seu cerne, a revolta foi uma batalha pela justiça e pela igualdade, uma luta desesperada contra as injustiças e desigualdades que permeavam a sociedade colonial. Inspirados por ideais de liberdade e dignidade, os rebeldes levantaram-se contra a tirania e a opressão, desafiando abertamente o status quo e exigindo o direito de determinar os seus próprios destinos. Para eles, a Revolta de Bequimão não se tratou apenas de resistência armada, mas também de uma declaração poderosa de sua identidade e da necessidade de reconhecimento dos seus direitos fundamentais como pessoas livres.

Através de suas ações, os rebeldes não procuraram apenas desafiar o domínio colonial, mas também plantaram as sementes da luta contínua pela liberdade e pela justiça que ecoariam nas páginas da história do Maranhão.

O Maranhão, ao longo de sua rica história, testemunhou uma série de eventos cruciais que moldaram sua identidade e influenciaram seu destino. Desde as audaciosas expedições coloniais até os movimentos de resistência contra o domínio colonial português, como a Revolta de Bequimão, a região foi palco de uma luta constante por autonomia política, econômica e cultural. Esses episódios refletem não apenas as complexidades e contradições do período colonial, mas também a resiliência e a determinação do povo maranhense em defender sua terra e sua identidade contra invasores estrangeiros e opressores internos.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO: SUPERFÍCIE; LIMITES; LINHAS DE FRONTEIRA; PONTOS EXTREMOS; ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA); PARQUES NACIONAIS; CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA; GEOMORFOLOGIA; CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS; CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES: BACIA DO PARNAÍBA, DO GURUPI E DO TOCANTINS-ARAGUAIA; BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES; PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS; GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: POPULAÇÃO ABSOLUTA; DENSIDADE DEMOGRÁFICA; POVOAMENTO; MOVIMENTOS POPULACIONAIS; A AGRICULTURA MARANHENSE: CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS; CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA; EXTRATIVISMO: VEGETAL, ANIMAL E MINERAL; PARQUE INDUSTRIAL: INDÚSTRIAS DE BASE E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO; SETOR TERCIÁRIO: COMÉRCIO, TELECOMUNICAÇÕES, TRANSPORTES; MALHA VIÁRIA; PORTOS E AEROPORTOS; A CULTURA MARANHENSE

O Maranhão¹² ocupa uma posição de transição na paisagem brasileira, situando-se entre a Região Norte e a Região Nordeste, o que lhe confere características físicas e humanas de ambos os conjuntos regionais. Segundo os dados mais recentes do IBGE, referentes a 2025, o estado possui uma área territorial de 329.651,463 km², o que o coloca entre as maiores unidades federativas do país e faz dele o maior estado da Região Nordeste. Essa extensão territorial é responsável por uma diversidade paisagística pouco comum em outros estados nordestinos, pois o Maranhão reúne, em um único território, trechos de floresta amazônica, formações de cerrado, mata de transição e um extenso litoral. Essa posição de charneira geográfica também explica por que o estado é, com frequência, tratado como uma espécie de “estado de transição”, tanto do ponto de vista climático quanto econômico e cultural, funcionando como elo entre a Amazônia e o semiárido nordestino.



Limites com estados vizinhos e o oceano

O território maranhense faz limite com quatro unidades federativas e com o Oceano Atlântico, o que amplia sua importância estratégica no contexto regional. Ao norte, o estado é banhado pelo oceano, com um litoral que se estende por aproximadamente 640 quilômetros, o segundo mais extenso do Brasil, superado apenas pelo litoral baiano. A oeste, a fronteira é feita com o Pará, definida em grande parte pelo curso do rio Gurupi, que historicamente serviu de linha natural de separação entre as duas unidades. A leste, o limite se dá com o Piauí, tendo o rio Parnaíba como referência natural marcante em praticamente toda a sua extensão, o que faz desse curso d'água um elemento decisivo tanto na geografia física quanto na história da ocupação territorial da região. Ao sul, o Maranhão confronta-se com o Tocantins, em um limite que atravessa áreas de cerrado e de transição, correspondendo à porção onde se localizam os chapadões do sul do estado.

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Maranh%C3%A3o

2 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>

AMOSTRA

Linhas de fronteira e pontos extremos

As linhas de fronteira do Maranhão combinam critérios naturais e político-administrativos. Os limites com o Pará e com o Piauí seguem, em sua maior parte, cursos fluviais, o que confere a esses trechos uma estabilidade histórica maior, uma vez que acidentes geográficos tendem a ser referências duradouras nos processos de delimitação territorial. Já o limite com o Tocantins resulta de convenções administrativas estabelecidas após a criação desse estado, em 1988, quando parte do antigo norte de Goiás foi desmembrada. Essa configuração de fronteiras produz uma grande amplitude latitudinal e longitudinal no território maranhense, responsável por variações climáticas e paisagísticas significativas entre o norte litorâneo e o sul semiúmido do estado. Os quatro pontos extremos que delimitam essa amplitude podem ser organizados da seguinte forma:

Ponto extremo	Localização aproximada
Norte	Litoral atlântico, região das reentrâncias maranhenses
Sul	Chapada das Mangabeiras (cerca de 804 m de altitude)
Leste	Divisa com o Piauí, próximo ao curso do rio Parnaíba
Oeste	Divisa com o Pará, na bacia do rio Gurupi

► **Áreas de proteção ambiental e parques nacionais**

Áreas de Proteção Ambiental (APAs)

As Áreas de Proteção Ambiental constituem uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, permitem a permanência de populações humanas e de atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental, diferentemente das unidades de proteção integral. No Maranhão, essas áreas têm papel fundamental na proteção de ecossistemas costeiros de grande fragilidade, como os manguezais e as reentrâncias litorâneas. A mais expressiva delas é a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, localizada entre a foz do rio Gurupi e a Baía de São Marcos, com extensão de milhares de hectares e que abriga a maior concentração de manguezais do estado, além de compor um dos elos mais importantes da rota das aves migratórias, servindo de área de descanso, alimentação e reprodução para diversas espécies de aves limícolas, entre elas o guará, que se tornou um símbolo regional. Outras APAs relevantes no território maranhense protegem trechos de dunas, lagoas interdunares e áreas de transição entre manguezal e restinga, funcionando como zonas de amortecimento para os parques nacionais e contribuindo para conter o avanço desordenado da ocupação urbana e da atividade turística sobre ecossistemas sensíveis.

Parques nacionais

Os parques nacionais são unidades de conservação de proteção integral, o que significa que, em regra, não admitem exploração econômica direta de seus recursos naturais, sendo voltados à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo controlado. O Maranhão abriga alguns dos parques nacionais mais conhecidos do Brasil, cada qual protegendo uma paisagem singular, o que pode ser resumido comparativamente da seguinte forma:

Parque nacional	Localização	Principal atrativo
Lençóis Maranhenses	Litoral leste do estado	Campo de dunas de areia branca e milhares de lagoas interdunares de água doce
Chapada das Mesas	Sul do estado	Mesas, cânions, cachoeiras e grutas em área de transição cerrado-caatinga
Nascentes do Rio Parnaíba	Divisa entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia	Proteção das nascentes do rio Parnaíba



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

